



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000349088

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0002303-60.2025.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é agravante DIEGO BARROS SIMÃO, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AMARO THOMÉ (Presidente), FÁTIMA GOMES E HERMANN HERSCHANDER.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

AMARO THOMÉ
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

AGRAVO EM EXECUÇÃO Nº 0002303-60.2025.8.26.0050
COMARCA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: DIEGO BARROS SIMÃO
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
VOTO Nº 39.013

**AGRAVO EM EXECUÇÃO – PLEITO DE
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE
INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO DA
SANÇÃO PECUNIÁRIA – IMPOSSIBILIDADE –
TEMA 931 DO COL. SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA - HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO
COMPROVADA – A INCLUSÃO DO NOME DO
SENTENCIADO, QUANDO INSOLVENTE, NO
CADASTRO DE INADIMPLENTES ENCONTRA
AMPARO LEGAL NO ART. 782, §3º, DA LEI 13.105,
DE 16 DE MARÇO DE 2015 – PRECEDENTES –
AGRAVO NÃO PROVIDO.**

Cuida-se de agravo interposto por DIEGO BARROS SIMÃO, contra a r. decisão copiada a fls. 106/107 que, nos autos da Execução nº 1010808-91.2023.8.26.0050, processada perante a 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, não extinguiu a sua punibilidade pela hipossuficiência e determinou a inclusão do seu nome no cadastro de inadimplentes.

Pretende o agravante, em síntese, a extinção da punibilidade, independentemente do pagamento da multa, nos termos do tema 931 do C. Superior Tribunal de Justiça. Sustenta que não há qualquer elemento apto a demonstrar que possui condições de pagar a multa sem afetar seu sustento e o de seus

familiares, motivo pelo qual pugna pela reforma da r. decisão. Subsidiariamente, pede a revogação da determinação de inclusão do seu nome nos cadastros de restrição de crédito/inadimplentes, e que este Tribunal se manifeste expressamente, para fins de prequestionamento, sobre o motivo de não incidir a tese definida pelo STJ no tema 931 e o que dispõe o artigo 927, III, do Código de Processo Civil, conforme exigem as súmulas 282 e 356 da Suprema Corte (fls. 01/09).

Processado o recurso, contrariado (fls. 12/19), mantida a r. decisão vergastada (fl. 21), opinou a D. Procuradoria de Justiça pelo não provimento (fls. 116/123).

Não houve oposição ao julgamento virtual

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, na ADI 3150/DF, firmou o entendimento de que a pena de multa imposta em condenação criminal mantém a sua natureza de sanção penal, que lhe é inerente por força do art. 5.º, inciso XLVI, alínea c, da Constituição da República, destacando a legitimação prioritária do Ministério Público para a sua execução perante a Vara das Execuções Penais.

Assim, ainda que considerada como dívida de valor, a pena de multa não perdeu seu caráter de sanção penal,

razão pela qual, não se pode declarar extinta a punibilidade antes de seu adimplemento.

Registre-se, portanto, que a pena de multa constitui espécie de sanção penal, de modo que só pode ser considerada extinta nos exatos termos da lei.

Ademais, essa C. Câmara já teve oportunidade de decidir que *“independentemente da circunstância de o valor da sanção pecuniária ser inferior ao equivalente a 1.200 (mil e duzentos) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo ('UFESPs'), deve remanescer a possibilidade de que seja cobrada, já que não há que se confundir a extinção da punibilidade do agravado, cujos efeitos ressoam em âmbito penal, com a extinção de sanções com as quais ele ainda deve arcar, mesmo que não mais perante o Juízo da Execução Penal”* (**Agravo em Execução nº 0009293-34.2020.8.26.0344, julgado em 17.3.2021**).

Outrossim, não se desconhece o teor atualizado do Tema 931 de Recursos Repetitivos do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o qual orienta que *“O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária”*.

Desta forma, para que se declare extinta a pena

de multa sem o seu adimplemento, de rigor que o sentenciado comprove não possuir meios de saldar seu débito com o Estado, podendo ele, em caso de dificuldades financeiras, pleitear, inclusive, o parcelamento da multa.

No caso dos autos, não restou comprovada a impossibilidade econômica absoluta de efetuar o pagamento da multa.

O ônus de provar a impossibilidade de cumprimento da pena de multa, portanto, recai sobre o sentenciado, não servindo a mera alegação de situação de pobreza ou a mera presunção pelo fato de estar sendo defendido pela Defensoria Pública.

Por outro vértice, dispõe o art. 51 do Código Penal que: *“(...) a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição”* (g.n.).

Portanto, mesmo mantendo seu caráter penal, a pena de multa é considerada dívida de valor e é executada conforme as regras de execução fiscal pela Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980 e, subsidiariamente, da Lei 13.105, de 16 de março de 2015.

Assim, revela-se perfeitamente possível a

inscrição do nome do agravante no cadastro de inadimplentes, nos termos do art. 782, §3º, do Código de Processo Civil, uma vez que houve requerimento do Ministério Público nesse sentido (fls. 22/23).

Nesse sentido, os precedentes deste E. Tribunal de Justiça:

“(...) Tese de julgamento: 1. A extinção pela hipossuficiência requer a comprovação da alegação, e a extinção da pena de multa não se aplica antes do cumprimento integral da pena privativa de liberdade. 2. A assistência pela Defensoria Pública não presume hipossuficiência financeira. 3. A anotação do nome do executado em cadastro de inadimplente é possível nos termos do art. 782, §3º do CPC. Legislação Citada: Lei nº 6830/80, art. 40; Código de Processo Civil, art. 782, §3º. Jurisprudência Citada: TJSP, Agravo de Execução Penal 1017850-70.2020.8.26.0577, Rel. Gilberto Cruz, 3ª Câmara de Direito Criminal, j. 28.06.2024”. (TJSP; Agravo de Execução Penal 0002306-15.2025.8.26.0050; Relator (a): Marcia Monassi; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 1ª Vara das Execuções Criminais; Data do

Julgamento: 27/03/2025; Data de Registro: 27/03/2025).

“(…) Afigura-se possível que o juiz da execução, em razão do não pagamento da pena de multa, determine a inscrição do sentenciado no cadastro de inadimplentes nos termos da norma prevista no artigo 782, par. 3º, do Código de Processo Civil. Recurso desprovido”. **(TJSP; Agravo de Execução Penal 0001037-38.2025.8.26.0050; Relator (a): Laerte Marrone; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 1ª Vara das Execuções Criminais; Data do Julgamento: 24/03/2025; Data de Registro: 24/03/2025)**

Por fim, para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considera-se prequestionada toda a matéria suscitada, observando-se, por analogia autorizada pelo art. 3º, do Código de Processo Penal, que o art. 1.025, do Código de Processo Civil estabelece que *“Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos*

ou rejeitados...”, e o entendimento do STJ no sentido de que não “há falar em negativa de prestação jurisdicional ante a análise das questões necessárias à solução da controvérsia, não configurando negativa de prestação jurisdicional a ausência de prequestionamento numérico.” (AgInt nos EDcl no REsp 1787184/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/08/2021, DJe 26/08/2021), sendo absolutamente desnecessária, assim, referência pontual sobre o quanto posto nas razões recursais.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

AMARO THOMÉ
Relator